

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025

SEI 24.0.000000734-6

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90002/2025, tendo por objeto a **contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: 09/01/2025 Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	24/01/2025, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. O(A) Pregoeiro(a) deste certame é o(a) servidor(a) Eduardo José Ramalho Stroparo.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão é a contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens para atender às demandas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 504.327,01 (quinhentos e quatro mil trezentos e vinte e sete reais e um centavo), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo II.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 - Fundo da Defensoria Pública / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes, fonte 501 - Outros Recursos não Vinculados (250), detalhamento 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Profissionais.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.1.1. O Item 1 será de PARTICIPAÇÃO GERAL.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) reunidas em consórcio.

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total do item;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 0,1% (zero vírgula um por cento).

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

constantes do modelo do Anexo III.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) **Demonstração do Resultado do Exercício – DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional;**

b) **documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida.**

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>)

e



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

- a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo II, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**
- c) qualificação econômico-financeira;**
- d) qualificação técnica.**

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) Cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

13.5.1. A empresa contratada deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica em seu nome.

13.5.1.1. Os atestados devem ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devem comprovar a boa prestação dos serviços relacionados às atividades de agenciamento de viagens, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor máximo estabelecido para a presente licitação.

13.5.1.2. Essa exigência visa assegurar que a contratada possui experiência prévia comprovada na prestação de serviços semelhantes e adequados ao escopo da licitação.

13.5.1.3. Será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que esses atestados se refiram a períodos concomitantes, caso a contratada apresente múltiplos atestados de diferentes contratos que estejam sendo executados simultaneamente, para alcançar o requisito mínimo de experiência técnica na prestação de serviços de agenciamento.

13.5.2. Apresentar o Certificado de Cadastro junto ao Ministério do Turismo.

13.5.3. Comprovante válido e vigente de registro/cadastro na licitante perante a *International Air Transport Association (IATA)* atestando que opera com as principais Companhias aéreas nacionais e internacionais que atuam regularmente no mercado, como por exemplo: *LATAM Airlines Group S/A, Gol Transportes Aéreos Ltda e Azul Linhas Aéreas Brasileiras.*

13.5.3.1. Alternativamente, no caso da empresa não dispor do registro, deverá apresentar:

13.5.3.1.1. Comprovação de que a empresa licitante possui vínculo jurídico contratual com, ao menos, 01 (uma) "Agência Consolidadora", para fins de intermediação junto às companhias aéreas nacionais e internacionais para emissão de passagens;

13.5.3.1.2. Na hipótese de empresa não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que o licitante é



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

possuidor de crédito direto e está autorizado a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais.

13.5.3.1.3. Declarações emitidas pelas companhias “LATAM Linhas Aéreas”, “GOL Linhas Aéreas” e “AZUL Linhas Aéreas Brasileiras” informando que a licitante está em situação regular perante às declarantes, possuindo, portanto, idoneidade creditícia e regularidade com suas obrigações contratuais e financeiras, estando, assim, autorizada a efetuar reservas, bem como emitir passagens aéreas junto às referidas empresas;

13.6. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.6.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.7. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.00000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.5.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.2. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.3. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

16.1.4. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

17.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

adjudicatário;

17.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

18.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.00000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

o estabelecido na Lei Anticorrupção.

20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

21.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – TABELA DE ITENS, GRUPOS E VALORES MÁXIMOS

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente termo tem por finalidade a contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens para atender às demandas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).

1.2. O objeto da presente contratação se resume da seguinte forma:

ITEM	GMS/ CATSER	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	RAV (B)	RAV TOTAL (C)	VALOR DAS PASSAGENS (12 MESES - FIXO) (D)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (RAV TOTAL + PASSAGENS / QUANTIDADE)	VALOR TOTAL (E)
1	44909/ 3719	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo, dentre outras atividades correlatas, a de pesquisa de preço, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamentos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de seguro de assistência em viagem internacional, à medida que houver necessidade, para os agentes públicos da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), bem como para colaboradores	600	R\$ 7,211683333333349*	R\$ 4.327,01	R\$ 500.000,00	R\$ 840,545016666667*	R\$ 504.327,01

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

		eventuais, alheio ao quadro de pessoal da instituição, quando em viagem de exclusivo interesse público						
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 504.327,01 (QUINHENTOS E QUATRO MIL TREZENTOS E VINTE E SETE REAIS E UM CENTAVO)								

*O valor do RAV E VALOR UNITÁRIO MÁXIMO obtido na pesquisa de preços possui mais que duas casas decimais, porém, o valor a ser proposto licitantes não pode ultrapassar duas casas decimais (R\$ X,XX).

**Atenção senhores licitantes: Disponibilizou-se planilha para auxiliar na formulação dos lances e cálculo do valor para formação da proposta. Vide instruções constantes no APÊNDICE A DO ANEXO I.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

A	QUANTIDADE ESTIMADA DE PASSAGENS ANUAL
B	REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGEM (RAV)
C	RAV TOTAL (A x B)
D	VALOR ESTIMATIVA DE PASSAGENS (ANUAL)
E	VALOR TOTAL (C + D)

1.3. A empresa contratada terá a responsabilidade de executar uma variedade de atividades relacionadas à gestão de passagens aéreas, incluindo:

1.3.1. Pesquisar: Realizar pesquisas de preços e condições para passagens aéreas nacionais e internacionais.

1.3.2. Cotar: Apresentar orçamentos e estimativas de custos para as passagens a serem adquiridas.

1.3.3. Reservar: Efetuar reservas de passagens conforme as necessidades e preferências da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).

1.3.4. Emitir: Proceder com a emissão formal das passagens aéreas adquiridas.

1.3.5. Marcar e Remarcar: Realizar marcação e remarcação de voos, ajustando conforme as mudanças necessárias. Tratar de questões relacionadas ao desdobramento de viagens quando aplicável.

1.3.6. Confirmar e Reconfirmar: Garantir a confirmação de todos os detalhes pertinentes às passagens.

1.3.7. Cancelar: Providenciar o cancelamento de passagens quando necessário.

1.4. Essas atribuições abrangentes garantem que a empresa contratada irá gerenciar de maneira completa e eficiente todas as fases do processo de aquisição e gestão de passagens aéreas para a DPE/PR.

1.5. Além da gestão das passagens aéreas nacionais e, quando necessário, internacionais, a empresa contratada também será responsável pela aquisição e emissão do seguro de assistência em viagem internacional, sempre que solicitado visando garantir a cobertura necessária para situações de emergência ou imprevistos durante deslocamentos internacionais.

1.6. Os serviços serão estendidos aos agentes públicos da DPE/PR, bem como a colaboradores eventuais não vinculados ao quadro de pessoal da instituição.

1.7. A assistência será prestada de forma remota, utilizando meios como telefone, e-mail, sistema ou aplicativo, garantindo eficiência e agilidade no atendimento às necessidades de viagens, sempre que estas estiverem relacionadas ao interesse público exclusivo da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

1.8. A contratação proposta tem como fundamento principal atender de maneira eficiente às demandas de aquisição de passagens aéreas, especificamente relacionadas aos deslocamentos a serviço no cumprimento das atribuições funcionais

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.00000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

dos agentes públicos da instituição.

1.9. A contratação visa abranger autoridades profissionais, acadêmicas ou especialistas em determinados assuntos quando convidados pela Escola da Defensoria Pública (EDEPAR).

1.10. O objetivo é garantir um suporte eficiente para as necessidades de deslocamento relacionadas às atividades funcionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná e da Escola da Defensoria Pública.

1.11. A situação atual na Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) envolve uma colaboração existente com o sistema do Poder Executivo Estadual para aquisição de passagens aéreas. No entanto, mesmo que esse sistema atenda às necessidades básicas de aquisição de passagens para o público interno da instituição, há limitações, pois não permite a aquisição de passagens para pessoas que não fazem parte do quadro da Defensoria Pública. Essa restrição impede a realização de atividades promovidas pela Escola da Defensoria Pública (EDEPAR), principalmente no que diz respeito a deslocamentos de pessoas externas à instituição.

1.12. A proposta de contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens visa superar essa limitação, possibilitando a aquisição de passagens para colaboradores eventuais ou convidados, garantindo assim maior flexibilidade nas atividades promovidas pela instituição.

1.13. A implementação de um sistema único de aquisição de passagens possibilitará encerrar o vínculo com o sistema "central de viagens" do Executivo Estadual, proporcionando uma gestão mais eficiente dos recursos administrativos. Essa abordagem visa, assim, aprimorar a eficiência geral na gestão de viagens da instituição.

1.14. No intuito de obter uma estimativa racional para as quantidades envolvidas na contratação, levou-se em consideração o histórico de viagens processadas.

1.14.1. A quantidade a ser contratada foi determinada com base no histórico de viagens em 2023 e na expansão tanto em termos de pessoal quanto geográfica da instituição, projetando um total de 600 processos de viagem ao longo dos próximos 12 meses.

1.15. 1.15. As quantidades e valores apresentados são estimativas e não representam um compromisso futuro de contratação para a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).

1.16. 1.16. As estimativas estão sujeitas a eventuais alterações legais e ajustes de acordo com as necessidades da instituição ao longo do período contratual. Essa flexibilidade refere-se a possíveis mudanças nas circunstâncias e assegura que a contratação possa ser ajustada conforme as demandas reais da DPE/PR.

1.17. No contexto da Remuneração de Agência de Viagem (RAV) ou taxa de transação, pode ocorrer valores positivos, zero ou negativos.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

1.17.1. A RAV, que remunera a emissão de passagem aérea, compreende o trecho de ida e o trecho de volta, ou apenas um dos trechos quando isso representa a totalidade da contratação (viagem).

1.17.2. Não será cobrada mais de uma RAV em casos de remarcação ou cancelamento, independentemente do número de operações envolvidas na aquisição das passagens. Se a contratada fornecer uma RAV negativa, o valor da taxa negativa será descontado a cada emissão de passagem.

1.17.3. A RAV será única, aplicável tanto para passagens aéreas nacionais quanto internacionais. Além disso, quando emitida uma passagem de ida e volta pela mesma companhia aérea, será aplicada apenas uma RAV.

1.18. O trecho é definido como o percurso completo entre a origem e o destino, independentemente de escalas ou o uso de múltiplas companhias aéreas. Portanto, a RAV não será cobrada para cada escala do trecho, sendo pago apenas uma RAV pela emissão da passagem, mesmo em casos de viagens com múltiplas escalas.

1.19. As instruções para proposta estão contidas no apêndice A deste instrumento.

2. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais, conforme autorização contida nos autos de instrução.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Os serviços são categorizados como serviços comuns, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

3.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão em sua forma eletrônica.

3.3. O critério de julgamento para a licitação será o menor valor global, sendo adjudicado ao licitante que apresentar o menor preço em relação à remuneração ou taxa de agenciamento de viagens.

3.4. É vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta entre os funcionários da contratada e a instituição sendo que os profissionais da empresa contratada atuarão de forma independente e não estarão sujeitos à relação empregatícia com a DPE/PR.

3.5. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação, uma vez tratar de serviço continuado com etapas diversas a serem geridas pela CONTRATADA ao longo da execução contratual.

3.6. Será adotado o contrato sob demanda na presente contratação, uma vez que garante a gestão unificada de todas etapas necessárias, incluindo-se as obrigações futuras da CONTRATADA, de forma a ser o modelo de contratação mais eficiente para o objeto em tela.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. A empresa contratada deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica em seu nome.

4.1.1. Os atestados devem ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devem comprovar a boa prestação dos serviços relacionados às atividades de agenciamento de viagens, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor máximo estabelecido para a presente licitação.

4.1.2. Essa exigência visa assegurar que a contratada possui experiência prévia comprovada na prestação de serviços semelhantes e adequados ao escopo da licitação.

4.2. Será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que esses atestados se refiram a períodos concomitantes, caso a contratada apresente múltiplos atestados de diferentes contratos que estejam sendo executados simultaneamente, para alcançar o requisito mínimo de experiência técnica na prestação de serviços de agenciamento.

4.3. A fundamentação para tal exigência está respaldada pelo Acórdão TCE/PR nº 2577/15 do Tribunal Pleno, que legitima a solicitação de atestados em percentual não superior a 50% (cinquenta por cento).

4.4. Apresentar o Certificado de Cadastro junto ao Ministério do Turismo.

4.5. Comprovante válido e vigente de registro/cadastro na licitante perante a International Air Transport Association (IATA) atestando que opera com as principais Companhias aéreas nacionais e internacionais que atuam regularmente no mercado, como por exemplo: LATAM Airlines Group S/A, Gol Transportes Aéreos Ltda/ e Azul Linhas Aéreas Brasileiras.

4.6. Alternativamente, no caso da empresa não dispor do registro, deverá apresentar:

4.6.1. Comprovação de que a empresa licitante possui vínculo jurídico contratual com, ao menos, 01 (uma) "Agência Consolidadora", para fins de intermediação junto às companhias aéreas nacionais e internacionais para emissão de passagens;

4.6.2. Na hipótese de empresa não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que o licitante é possuidor de crédito direto e está autorizado a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais.

4.6.3. Declarações emitidas pelas companhias "LATAM Linhas Aéreas", "GOL Linhas Aéreas" e "AZUL Linhas Aéreas Brasileiras" informando que a licitante está em situação regular perante às declarantes, possuindo, portanto, idoneidade creditícia e regularidade com suas obrigações contratuais e financeiras, estando, assim, autorizada a efetuar reservas, bem como emitir passagens aéreas junto às referidas



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

empresas;

4.7. Não há necessidade de vistoria prévia para elaboração da proposta nem apresentação de amostras.

4.8. Para a contratação em questão, não se aplica a disponibilização de insumos.

4.9. Considerando a baixa complexidade da execução contratual e a quantidade de prestadores de serviços aptos à execução, não se justifica a constituição de consórcios.

4.10. Não será permitida a subcontratação, uma vez que se trata de serviços de agenciamento especializados. Esses serviços devem ser prestados pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da empresa contratada, vedando-se qualquer subcontratação.

5. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. A presente contratação será formalizada através de Termo de Contrato.

5.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contados da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR). As prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos deverá respeitar a vigência máxima decenal (conforme Art. 107 da 14.133/2021 e Art. 83, II da Resolução DPG n.º 375/2023).

5.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O Departamento de Fiscalização de Contratos (DFC) designará o gestor e o fiscal do contrato.

6.2. A gestão operacional do contrato será realizada pelo Departamento de Infraestrutura e Materiais por meio da Gestão de Viagens (GVI).

6.3. A DPE/PR reserva-se ao direito de exercer a ampla fiscalização sobre os serviços.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Observar estritamente as normas aplicáveis à atividade de agenciamento de viagens, com especial atenção às diretrizes relacionadas ao fornecimento de passagens.

7.2. Executar o objeto do contrato em total conformidade com as disposições estabelecidas no edital.

7.3. Responder perante a DPE/PR e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do contrato.

7.4. Não subcontratar o objeto do contrato.

7.5. Manter um preposto designado para este contrato, que atuará como

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

representante sempre que necessário.

7.6. Dar atendimento ininterrupto à Contratante, em relação às atividades que envolvem a compra das passagens.

7.7. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como, informar e manter atualizado os contatos da empresa.

7.8. A Contratada deverá, a cada solicitação de passagem aérea, realizar pesquisa de preços para garantir a opção mais vantajosa dentre aquelas que atendam ao que for solicitado pela DPE/PR, relatando a vantajosidade da opção ofertada.

7.9. Elaborar Relatório Mensal sobre a prestação dos serviços, a ser assinado, também pelos gestores do contrato da DPE/PR, relatando todos os serviços realizados.

7.10. A Contratada deverá operar com todas as companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados regional, nacional e internacional.

7.11. Pagar as companhias aéreas e demais terceiros envolvidos na prestação do serviço, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os serviços prestados, ficando estabelecido que a DPE/PR não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

7.12. Responsabilizar-se pelo pagamento de passagens indevidamente emitidas para pessoas não autorizadas pela DPE/PR.

7.13. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse da DPE/PR, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto.

7.14. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços sem o consentimento, por escrito, da DPE/PR.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Providenciar a celebração de contrato ou instrumento jurídico equivalente.

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais.

8.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação do serviço no prazo e forma estabelecidos.

8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidores designados.

8.5. A DPE/PR reserva-se ao direito de exercer a ampla fiscalização sobre os serviços, comunicando à CONTRATADA qualquer problema que deva ser corrigido nos prazos estabelecidos.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. A execução do contrato terá início a partir da publicação do contrato no Diário

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

9.2. A contratada será comunicada pelo Departamento de Contratos da DPE/PR, por meio de correspondência eletrônica, do início da vigência contratual e informações sobre o gestor e o fiscal do contrato.

9.3. A contratada deverá disponibilizar um sistema ou solução web com acessos pré-estabelecidos por meio de login e senha em um ambiente online. Este sistema deve auxiliar a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) na visualização das passagens disponíveis.

9.4. Após a assinatura do contrato, cabe à contratada oferecer treinamento aos servidores designados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR). O treinamento será realizado no primeiro dia da execução contratual, podendo ser presencial ou remoto. Seu objetivo é familiarizar os participantes com o ambiente do sistema e/ou outras ferramentas a serem utilizadas na prestação dos serviços. Este treinamento visa assegurar que os servidores compreendam adequadamente o sistema e garantir a eficiência no uso das ferramentas disponibilizadas pela contratada durante a vigência do contrato.

9.5. A manutenção e suporte ao sistema online é responsabilidade da contratada durante toda a vigência contratual.

9.6. A contratada deverá designar um representante da empresa para tratar as questões relacionadas a dúvidas, esclarecimentos e reclamações. O prazo máximo para resposta será de 01 (um) dia útil a partir do registro do envio da comunicação pela DPE/PR, podendo ser reduzido conforme a urgência da situação.

9.7. A empresa contratada deverá oferecer canais de atendimento para demandas fora do horário comercial em dias úteis, feriados e fins de semana.

9.8. Deverá ser indicado um telefone, preferencialmente com "WhatsApp", para situações emergenciais. Esse telefone deverá estar disponível fora do horário de expediente e aos finais de semana.

9.9. As comunicações deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico a fim de manter os registros e histórico das solicitações.

9.10. A contratada deve atender aos pedidos enviados pela DPE/PR por e-mail, telefone ou outras ferramentas, sempre que solicitado. Essa resposta deve incluir a verificação da disponibilidade de passagens específicas em termos de data, horário e companhia aérea, bem como a emissão das passagens, com o envio subsequente dos localizadores e/ou comprovantes de emissão.

9.11. No caso de passagens internacionais, a contratada também deverá cotar o seguro de viagem em pelo menos três seguradoras distintas. Isso permitirá que a DPE/PR escolha, conforme sua conveniência, a opção mais adequada.

9.11.1. É também necessário que o custo do seguro seja discriminado individualmente, identificando o nome do segurado, na fatura emitida.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.12. Os bilhetes das passagens devem ser enviados por e-mail à DPE/PR em até 2 (duas) horas, no caso de passagens nacionais, e em até 4 (quatro) horas para passagens internacionais. Este prazo será contado a partir da aprovação pela DPE/PR da emissão dos bilhetes aéreos.

9.13. Em caso de não cumprimento do prazo estipulado e diante de qualquer divergência ou aumento na tarifa em relação ao valor inicialmente verificado na reserva, após a aprovação oficial da compra pela DPE/PR, a contratada deverá efetuar o desconto correspondente a essa diferença.

9.14. Quando a solicitação de emissão dos bilhetes ocorrer fora do horário de expediente, o prazo para emissão poderá ser ajustado, levando em consideração a urgência da situação, desde que devidamente justificada.

9.15. A empresa contratada deve realizar a aquisição das passagens no mesmo dia em que receber a autorização de compra da DPE/PR, com o objetivo de evitar alterações nos valores.

9.16. O horário limite para o envio da autorização de compra da passagem por parte da DPE/PR será até às 18 horas em dias úteis. Em dias não úteis, a autorização poderá ser enviada, desde que devidamente motivada a sua urgência.

9.17. A reserva das passagens deve sempre ser realizada considerando o menor preço disponível e em classe econômica. Isso deve levar em conta o horário, o período de participação do passageiro na programação da viagem, a pontualidade, o tempo de traslado entre a origem e o destino, com o objetivo de otimizar o planejamento da viagem.

9.18. A contratada deve disponibilizar à DPE/PR as passagens que efetivamente apresentem o menor preço praticado pelas companhias aéreas, repassando eventuais descontos e vantagens promocionais que possam resultar em benefício econômico. O não cumprimento dessa condição pode acarretar a devolução dos valores cobrados em desvantagem.

9.19. Ao exercer seu direito de fiscalização, a DPE/PR poderá, durante as solicitações de cotações, reservas e emissões de bilhetes aéreos, verificar a compatibilidade dos preços oferecidos pela contratada junto às companhias aéreas.

9.20. A contratada deve realizar a substituição de passagens (remarcação) em casos de alterações no itinerário de viagem ou desdobramento do percurso, mediante solicitação da DPE/PR. A análise pontual do caso deverá ser feita em até 24 (vinte e quatro) horas após comunicação à contratada.

9.21. Nenhuma emissão de passagem aérea deverá ser realizada sem a prévia autorização da DPE/PR, garantindo assim a regular prestação dos serviços.

9.22. Na ocorrência da necessidade de cancelamento de passagens, a partir da solicitação da DPE/PR, a contratada deverá tomar as medidas necessárias, assegurando o crédito na fatura no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.23. Poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado a multa eventualmente cobrada pelas companhias, desde que sejam respeitadas as condições estipuladas na emissão do bilhete e que a situação e o motivo para os quais a passagem não foi utilizada sejam devidamente comprovados.

9.24. A contratada deverá emitir uma nota de crédito se houver algum crédito em favor da DPE/PR, referente a bilhetes não utilizados ou valores devidamente comprovados. No caso de não emissão do crédito, o valor correspondente será descontado na fatura a ser liquidada no mês subsequente.

9.25. A contratada deverá elaborar relatórios abrangendo as passagens requisitadas, aquelas efetivamente compradas, não utilizadas, remarcações, cancelamentos e outras informações relevantes para identificar a viagem, passageiro e o valor líquido de cada passagem emitida.

9.26. Mensalmente, a contratada deve emitir a fatura correspondente às passagens institucionais faturadas, acompanhadas dos bilhetes aéreos emitidos. Essas informações devem ser consolidadas em formato de tabela/relatório durante o período de faturamento. As faturas serão submetidas à verificação pelos gestores, conforme suas competências, e os valores serão confrontados.

9.27. As faturas encaminhadas à DPE/PR devem incluir um relatório analítico com, no mínimo, os seguintes campos:

9.27.1. Nome do Passageiro;

9.27.2. Nome da Companhia Aérea;

9.27.3. Número do bilhete;

9.27.4. Localizador;

9.27.5. Data da emissão do bilhete;

9.27.6. Data do voo;

9.27.7. Trecho;

9.27.8. Valor da tarifa;

9.27.9. Valor das taxas e da RAV (se aplicável);

9.27.10. Valor de descontos, retenções, multas e adicionais (se aplicável);

9.27.11. Valor de remarcação, cancelamento ou situações similares;

9.27.12. Valor líquido a ser pago.

9.28. As informações devem ser apresentadas de forma clara, permitindo a agrupação por passageiro e companhia aérea, com o subtotal de cada viagem. Durante a vigência do contrato, as partes podem ajustar o formato e os dados para tabulação na fatura dos serviços.

9.29. O pagamento da fatura está sujeito ao ateste do relatório pelo gestor do contrato (Gestão de Viagens). Além disso, as faturas serão revisadas pelos servidores designados do Departamento de Fiscalização de Contratos e do Departamento Financeiro, dentro de suas competências. Em caso de erro, vício ou descumprimento



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

contratual, o prazo de pagamento será suspenso até a devida correção ou cumprimento da obrigação.

9.30. **Recebimento provisório** se dará de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do relatório com as exigências contratuais. **O prazo será de 10 (dez) dias úteis.**

9.31. Ao analisar o relatório, caso identificada inconsistência, será solicitada a correção. Assim, o prazo voltará a contar do zero.

9.32. **Recebimento definitivo** será feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. **O prazo é de até 10 (dez) dias úteis após recebimento provisório.**

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. O resultado dos serviços prestados será acompanhado pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR), o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada.

10.2. O não cumprimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados poderá implicar na abertura de procedimentos para apuração de sanção por descumprimento contratual e/ou ajustes proporcionais ao pagamento pelos serviços prestados, de acordo com o estabelecido no Apêndice B.

10.3. As situações abrangidas se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

10.4. A avaliação da qualidade dos serviços, será medida por indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

10.5. A glosa do pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultados não se confunde com penalidade contratual.

10.6. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela DPE/PR desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

10.7. Nos casos em que forem identificados níveis críticos de qualidade poderá restar caracterizada inexecução parcial do contrato, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação de sanção administrativa, observado o contraditório e ampla defesa.

10.8. Os detalhes encontram-se no Apêndice B.

11. DAS PENALIDADES

11.1. As penalidades estão contidas na cláusula 14ª da minuta contratual onde se



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

prevê as infrações e sanções administrativas.

12. PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.2. O pagamento da fatura será efetuado por ordem bancária em até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo da fatura pelo responsável da DPE/PR.

12.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE.

12.4. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.5. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se novamente após a regularização.

12.6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE/PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

13.1. As condições de reajuste encontram-se dispostas na cláusula 10ª da minuta contratual onde dispõe sobre as condições específicas do reajuste.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não haverá exigência da garantia da contratação do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. Em atenção ao Art. 18, §1º, XII, 14.133/2021, entende-se que a prestação dos serviços, bem como todo o procedimento da contratação deverá, quando possível, ser realizada por meio eletrônico, não havendo a necessidade de impressão de papéis, mitigando, assim, impactos decorrentes da contratação do objeto.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

APÊNDICE A - INSTRUÇÕES PARA A PROPOSTA

PARA FACILITAR A FORMULAÇÃO E ANÁLISE DOS LANCES/PROPOSTAS, DISPONIBILIZAMOS PLANILHA (constante no arquivo .zip do Instrumento Convocatório) PARA AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS DOS VALORES.

AO ALTERAR O VALOR DO RAV RETORNA-SE AUTOMATICAMENTE O VALOR TOTAL DA PROPOSTA E LANCE.

1. Deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.
2. A licitante que ofertar Remuneração do Agente de Viagem – RAV igual a zero ou negativa deverá apresentar explicação sobre como pode praticar esse valor.
3. No caso de RAV negativa, o valor da proposta será exclusivamente para fins de disputa da licitação. O valor anual estimado para as passagens é de R\$500.000,00, sendo estimado aproximadamente 600 passagens. Assim, em cada emissão de passagem será descontado o valor da RAV negativa (se for o caso).
4. Exemplo: Passagem referente a viagem (tanto ida quanto volta ou apenas uma delas) no valor de R\$ 500,00 (caso a rav seja negativa em R\$ - 0,01) o valor líquido a ser cobrado pela contratada é de R\$ 499,99.
5. No caso de RAV neutra, será pago à contratada o valor da passagem referente à viagem.
6. Exemplo: Passagem referente à viagem X no valor de R\$ 500,00 (caso a RAV seja neutra R\$ 0,00) o valor líquido a ser cobrada pela contratada é de R\$ 500,00.
7. No caso de RAV positiva, será pago à contratada o valor da passagem referente à viagem acrescido do valor da RAV.
8. Exemplo: Passagem referente a viagem X no valor de R\$ 500,00 (caso a RAV seja positiva R\$ 0,01) o valor líquido a ser cobrado pela contratada é de R\$ 500,01.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

1. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

1.1. Para a apuração do IMR, o CONTRATANTE adotará a lista de ocorrências com as gradações contempladas na tabela constante ao final do presente documento.

1.2. O número de pontos mensais a ser ajustado no pagamento é obtido pela fórmula:

$$\text{Número de pontos} = \text{Grau} \times \text{Número de incidência.}$$

(Ex: ocorreu 5 vezes a ocorrências do item 3 e 2 vezes a ocorrência do item 2 que somadas são = $5 \times 3 = 15$ pontos + $2 \times 2 = 4$ pontos que somados são = 19 pontos).

1.3. Serão considerados para os ajustes no pagamento à CONTRATADA, os seguintes critérios:

1.3.1. De 1 até 5 pontos - Apenas Notificação de Advertência por e-mail.

1.3.2. A partir de 06 pontos - Ajuste no pagamento do valor mensal total apurado somando-se todas as gradações.

1.4. A faixa de notificação considerará apenas as ocorrências grau 1 e 2.

1.5. As ocorrências de grau 3 serão apuradas e glosadas independentemente da pontuação aferida.

1.6. Após a aplicação de 03 (três) Notificações de Advertências, consecutivas ou não, na 4ª (quarta) será aplicada a glosa de maior pontuação no período, iniciando-se novo ciclo de apuração.

1.7. A aplicação do valor da glosa apurado se dará no pagamento do mês subsequente ao avaliado.

1.8. O ajuste mensal no pagamento à CONTRATADA fica limitado a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato.

1.9. As demais irregularidades contratuais não previstas neste IMR, estarão sujeitas às sanções e das demais penalidades dispostas no instrumento contratual.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

2. FORMA DE MEDIÇÃO E PROCEDIMENTOS A SER ADOTADO PELA CONTRATANTE

2.1. O fiscal técnico do contrato (DIM) acompanhará continuamente os serviços contratados para aferir se os resultados estão em conformidade com os termos contratados.

2.2. Para exercer a fiscalização mencionada no subitem anterior, o fiscal deverá observar as orientações do edital.

2.3. Caso as falhas não sejam corrigidas, no fechamento do mês, até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, juntamente com o ateste mensal, o fiscal técnico (Gestão de Viagens) comunicará o Gestor do Contrato (DFC), relatando todas as ocorrências, bem como instruindo com a documentação necessária, inclusive com a cópia do documento ou e-mail encaminhado à CONTRATADA;

2.4. O Gestor (DFC) comunicará o preposto da CONTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação, apresenta as justificativas e/ou a solução das falhas apontadas.

2.5. A defesa da CONTRATADA deverá ser encaminhada como anexo, via e-mail do gestor, respeitados os prazos estipulados;

2.6. Apresentada a manifestação ou transcorrido o prazo sem qualquer justificativa por parte da CONTRATADA, o Gestor do Contrato analisará sobre a necessidade ou não de outras diligências, encaminhando, quando necessário, ao fiscal do contrato através de e-protocolo;

2.7. Após a verificação de cumprimento das etapas e elucidação dos fatos, o Gestor do Contrato informará à contratada sobre a tramitação e eventual valor a ser glosado;

2.8. Com o parecer, os autos serão encaminhados ao Supervisor do Gestor do Contrato que decidirá pela aplicação ou não da glosa proposta.

2.9. Decidido, os autos retornarão ao Gestor do Contrato para as anotações e comunicações devidas. Uma vez comunicada sobre a aplicação de glosa, os autos serão encaminhados à unidade financeira para o ajuste no pagamento.

2.10. O fiscal técnico do contrato (Gestão de Viagens) acompanhará continuamente os serviços contratados para aferir se os resultados estão em conformidade com os termos contratados.

2.11. Para exercer a fiscalização mencionada no subitem anterior, o fiscal deverá observar as orientações do edital.

2.12. Caso as falhas não sejam corrigidas, no fechamento do mês, até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, juntamente com o ateste mensal, o fiscal técnico (Gestão de Viagens) comunicará o Gestor do Contrato (DFC), relatando todas as ocorrências, bem como instruindo com a documentação necessária, inclusive com a cópia do documento ou e-mail encaminhado à CONTRATADA;

2.13. O Gestor (DFC) comunicará o preposto da CONTRATADA para que, no prazo

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação, apresenta as justificativas e/ou a solução das falhas apontadas.

2.14. A defesa da CONTRATADA deverá ser encaminhada como anexo, via e-mail do gestor, respeitados os prazos estipulados;

2.15. Apresentada a manifestação ou transcorrido o prazo sem qualquer justificativa por parte da CONTRATADA, o Gestor do Contrato analisará sobre a necessidade ou não de outras diligências, encaminhando, quando necessário, ao fiscal do contrato através de e-protocolo;

2.16. Após a verificação de cumprimento das etapas e elucidação dos fatos, o Gestor do Contrato informará à contratada sobre a tramitação e eventual valor a ser glosado;

2.17. Com o parecer, os autos serão encaminhados ao Supervisor do Gestor do Contrato que decidirá pela aplicação ou não da glosa proposta.

2.18. Decidido, os autos retornarão ao Gestor do Contrato para as anotações e comunicações devidas. Uma vez comunicada sobre a aplicação de glosa, os autos serão encaminhados à unidade financeira para o ajuste no pagamento.

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO I - INDICADORES

INDICADOR 1 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Atender as demandas da Contratante.
Meta a cumprir	Retornar das solicitações da DPE/PR no menor tempo possível sendo o prazo máximo em até 01 dia útil, das solicitações que envolvam o processo de passagens aéreas (cotação, simulação de valores, reserva, aquisição).
Instrumento de medição	Constatação do retorno dependendo da solicitação.
Forma de acompanhamento	Controle dos gestores e fiscais do contrato.
Periodicidade	Por solicitação enviada à contratada.
Mecanismo de cálculo	Soma das quantidades de ocorrências registradas de acordo com o prazo estabelecido (01 dia útil para resposta).
Início de Vigência	A partir do início da vigência contratual.
Faixas de ajuste no pagamento	1 (uma) ocorrência equivale a cada 1 (um) dia útil em que as respostas/solicitações do Contratante não sejam atendidas pela Contratada. GRAU 1 - R\$ 50,00 GRAU 2 - R\$ 150,00 GRAU 3 - R\$ 250,00 NOTIFICAÇÃO APENAS PARA AS OCORRÊNCIAS DE GRAU 1 E 2 GRAU 3 GLOSADAS INDEPENDENTE DA PONTUAÇÃO 1 a 5 Pontos: Notificação 6 Pontos ou mais: Ajuste no pagamento
Sanções	DESCONTO MENSAL FICA LIMITADO A 4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS 3 ADVERTÊNCIAS, NA QUARTA SERÁ APLICADA A GLOSA DE MAIOR PONTUAÇÃO E INICIA NOVO CICLO.
Observações	A contratada terá 5 dias úteis para justificar a falta de cumprimento dos prazos. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

INDICADOR 2 - RESERVA E EMISSÃO DE PASSAGENS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a aquisição das passagens aéreas de acordo com o previsto no contrato
Meta a cumprir	Emitir as passagens aéreas nacionais de acordo com o pactuado em contrato
Instrumento de medição	Ocorrências dos servidores que identificarem a não cumprimento do prazo
Forma de acompanhamento	Controle dos gestores e fiscais do contrato.
Periodicidade	Por solicitação enviada à contratada.
Mecanismo de cálculo	Soma das ocorrências
Início de Vigência	A partir do início da vigência contratual.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>1 (uma) ocorrência equivale a cada 1 (um) dia útil em que as respostas/solicitações do Contratante não sejam atendidas pela Contratada.</p> <p>GRAU 1 - R\$ 50,00 GRAU 2 - R\$ 150,00 GRAU 3 - R\$ 250,00</p> <p>NOTIFICAÇÃO APENAS PARA AS OCORRÊNCIAS DE GRAU 1 E 2 GRAU 3 GLOSADAS INDEPENDENTE DA PONTUAÇÃO</p> <p>1 a 5 Pontos: Notificação 6 Pontos ou mais: Ajuste no pagamento ocorrências = 90 % do valor mensal do agenciamento</p>
Sanções	<p>DESCONTO MENSAL FICA LIMITADO A 4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO</p> <p>APÓS 3 ADVERTÊNCIAS, NA QUARTA SERÁ APLICADA A GLOSA DE MAIOR PONTUAÇÃO E INICIA NOVO CICLO.</p>
Observações	A contratada terá 5 dias úteis para justificar a falta de cumprimento dos prazos. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

INDICADOR 3 - EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE CONTROLE DE PASSAGENS EMITIDAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o controle de passagens emitidas no mês, especificando os serviços prestados
Meta a cumprir	Emitir os relatórios de passagens emitidas com todas as informações necessárias para que os gestores e fiscais do contrato identifiquem de forma detalhada para quem e quando foram emitidas as passagens aéreas.
Instrumento de medição	Disponibilização do relatório e arquivos juntamente com a emissão da nota fatura mensal.
Forma de acompanhamento	Controle dos gestores e fiscais do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Controle do envio do relatório juntamente com a nota fiscal fatura para confronto dos valores a serem pagos pela DPE/PR.
Início de Vigência	A partir do primeiro mês após início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	1 (uma) ocorrência equivale a cada 1 (um) dia útil em que as respostas/solicitações do Contratante não sejam atendidas pela Contratada. GRAU 1 - R\$ 50,00 GRAU 2 - R\$ 150,00 GRAU 3 - R\$ 250,00 NOTIFICAÇÃO APENAS PARA AS OCORRÊNCIAS DE GRAU 1 E 2 GRAU 3 GLOSADAS INDEPENDENTE DA PONTUAÇÃO 1 a 5 Pontos: Notificação 6 Pontos ou mais: Ajuste no pagamento ocorrências = 90 % do valor mensal do agenciamento
Sanções	DESCONTO MENSAL FICA LIMITADO A 4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS 3 ADVERTÊNCIAS, NA QUARTA SERÁ APLICADA A GLOSA DE MAIOR PONTUAÇÃO E INICIA NOVO CICLO.
Observações	A contratada terá 5 dias úteis para justificar a falta de cumprimento dos prazos. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.00000734-6

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

OCORRÊNCIA MENSAL DAS AÇÕES CONTEMPLADAS NO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO							
ITEM	OCORRÊNCIA	GRAU - PONTOS	INCIDÊNCIA	VERIFICADA	QTDE OCORRÊNCIAS	VALOR GLOSA	AÇÃO DO GESTOR
1	Deixou de cumprir alguma solicitação da Gestão do Contrato	1	Por ocorrência			R\$ 50,00	
2	Deixou de atender solicitação do fiscal técnico (servidor (a) responsável atinente a não aceitação dos serviços prestados de acordo com o contrato.	1	Por ocorrência			R\$ 50,00	
3	Não respondeu e-mails, mensagens ou qualquer outro tipo de contato a fim de esclarecer dúvidas	1	Por ocorrência			R\$ 50,00	
4	O sistema apresenta erros, não funciona de forma correta prejudicando o dia a dia da gestão de viagens	1	Por ocorrência			R\$ 50,00	
5	Deixou de emitir relatório para conferência e atestes das passagens emitidas	2	Por ocorrência			R\$ 150,00	
6	O relatório apresenta erros, não apresenta de forma correta todas as informações necessárias para confirmar as passagens emitidas	2	Por ocorrência			R\$150,00	
7	Deixou de emitir as passagens após autorizado pela DPE/PR	3	Por ocorrência			R\$250,00	
8	Causou algum prejuízo em relação a compra das passagens, prejudicando a viagem do agente público. Exemplo: Erro de dias/horários.	3	Por ocorrência			R\$250,00	

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – TABELAS DE ITENS, GRUPOS E VALORES MÁXIMOS

Item 1	Participação geral				
	Benefícios LC 123/2006		Sim (X) Não ()		
Quant.	Unidade de Medida	CATSER	Especificações	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo do Item (R\$)
600	Un.	3719	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo, dentre outras atividades correlatas, a de pesquisa de preço, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamentos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de seguro de assistência em viagem internacional, à medida que houver necessidade, para os agentes públicos da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), bem como para colaboradores eventuais, alheio ao quadro de pessoal da instituição, quando em viagem de exclusivo interesse público	R\$ 840,54501666 6667	R\$ 504.327,01

* Ao recompor a proposta, o licitante somente poderá apresentar valores com até duas casas decimais (R\$ XX,XX).

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

O texto deste quadro é orientativo, portanto deverá ser excluído na elaboração da proposta final.

INTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

O valor da proposta a ser cadastrado será a quantidade anual de passagens (A) multiplicada pelo RAV (B) e somado ao valor anual das passagens (D).

ATENÇÃO SENHOR PROPONENTE: Atente-se também ao Apêndice A do Anexo I deste Edital.

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

Item 01	Participação geral				
	Benefícios LC 123/2006		Sim (X)		Não ()
Qt.	Un. de Medida	Marca/ Modelo	Especificações	Variáveis	Valor ou Qt.
600	Un.	Não se aplica	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo, dentre outras atividades correlatas, a de pesquisa de preço, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamentos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de seguro de assistência em viagem internacional, à medida que houver necessidade, para os agentes públicos da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), bem como para colaboradores eventuais, alheio ao quadro de pessoal da instituição, quando em viagem de exclusivo interesse público	A	600*
				B	R\$ _____
				C	R\$ _____
				D	R\$ 500.000,00*
				E	R\$ _____
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (E): R\$ _____ (POR EXTENSO)					

* Estes valores são fixos, portanto NÃO DEVEM SER ALTERADOS.

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	<p style="text-align: center;">()</p> <p>NÃO CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.</p>	<p style="text-align: center;">()</p> <p>CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.</p>
---	--	--

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025 – SEI 24.0.000000734-6